



COOPERATIVISMO LEITEIRO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: ANÁLISE COMPARATIVA DOS ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS DE PIRACANJUBA E BELA VISTA DE GOIÁS ENTRE 2000 A 2015

COOPERATIVISM MILK AND LOCAL DEVELOPMENT: COMPARATIVE ANALYSIS OF DEVELOPMENT INDICES IN THE MUNICIPALITIES OF PIRACANJUBA AND BELA VISTA DE GOIÁS FROM 2000 TO 2015

Edson Trajano Vieira
etrajnov@gmail.com

Cristiano Soares Pinto
cristianosopin@hotmail.com

Resumo

Piracanjuba e Bela Vista de Goiás, localizados no centro sul do estado de Goiás, são municípios que destacam-se pela produção leiteira e de grãos. O objetivo do estudo é verificar se a instalação de um laticínio, formado por uma cooperativa, seria determinante para induzir crescimento e desenvolvimento do município de Piracanjuba. Para o cumprimento do objetivo que é a resposta a essa condicionante, lançou-se mão de um estudo comparativo levando-se em consideração os dados socioeconômicos do município de Bela Vista de Goiás, que têm características parecidas, são vizinhos, porém com um diferencial que tornou o estudo em destaque, qual seja a existência de uma grande indústria convencional de lácteos, capaz de processar todo o leite produzido na região. O estudo foi instrumentado por pesquisa bibliográfica, documental, de nível exploratório e análise de dados. O estudo nos permitiu concluir que a industrialização experimentada pelo município de Bela Vista de Goiás, não foi capaz de traduzir-se em desenvolvimento, mas tão somente em crescimento econômico.

Palavras-chave: Cooperativismo Leiteiro. Desenvolvimento Regional. Piracanjuba.

Abstract

Piracanjuba and Bela Vista de Goiás, located in the southern center of the state of Goiás, are municipalities that stand out for milk production and grains. The objective of the Study is to verify if the installation of a dairy, formed by a cooperative, would be determinant to induce growth and development of the municipality of Piracanjuba. In order to fulfill the objective that is the answer to this condition, a comparative study was taken taking into account the socioeconomic data of the municipality of Bela Vista de Goiás, which have similar characteristics, are neighbors, but with a differential that made the study stand out, namely the existence of a large conventional dairy industry, capable of processing all the milk produced in the region. The study was instrumented by bibliographic, documentary, exploratory level research and data analysis. The study allowed us to conclude that the industrialization experienced by the municipality of Bela Vista de Goiás was not able to translate into development but only in economic growth.

Keywords: Milk Cooperativism. Regional development. Piracanjuba.

Introdução

O estudo do tema planejamento e desenvolvimento regional requer incursão nos assuntos voltados para bem-estar e qualidade de vida, além das questões econômicas relacionados a maior eficiência produtiva e, conseqüentemente, o crescimento econômico.

Vieira (2009) define crescimento econômico como o aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica. Quanto ao desenvolvimento, Sen (1999) afirma que o mesmo vai além do crescimento da riqueza, pois deve-se levar em conta o que cada personagem envolvido no processo pode auferir da sua riqueza e não necessariamente aumentar a sua riqueza.

As empresas cooperativas, dada a sua natureza de coletividade, possuem maior apelo coletivo e, em virtude disso, maior capacidade de influenciar nos processos de desenvolvimento com maior possibilidade de distribuição da renda. O município de Piracanjuba produziu, em 2014, 154.800 milhões de litros de leite segundo dados do Instituto Mauro Borges - IMB, sendo que 35% dessa produção foi captada pela maior cooperativa de produtores do município, chamada COAPIL, que por sua vez não industrializou no próprio município o leite captado, limitando-se a repassá-lo "in natura" para a CENTROLEITE, (CENTROLEITE, 2017).

O município vizinho, Bela Vista de Goiás, por sua vez, possui instalada uma indústria de lácteos não cooperativa capaz de processar a produção de vários municípios, gerando assim renda.

Vieira (2014) afirma que ao comprar insumos e maquinários os produtores se deparam com um monopólio, pois tais produtos possuem poucos fornecedores e de outro lado, ao venderem seus produtos eles enfrentam um mercado estruturado em oligopsônio, em que poucos são os compradores. Esta situação permite concluir que os insumos de que precisam os produtores têm seus preços estabelecidos pelos fornecedores enquanto que a produção desses produtores (leite) tem o preço estipulado pelos compradores.

Vieira (2014) apresenta como alternativa à essa estrutura de mercado de concorrência imperfeita a organização dos produtores em associações e ou cooperativas, concedendo-lhes grande escala produtiva e poder de negociação com os demais elos da cadeia produtiva e que os produtores não devem se conformar apenas em produzir, também devem se interessar pela comercialização, tanto dos insumos ao adquiri-los, quanto de seus produtos.

O presente estudo irá abranger a trajetória dos municípios de Piracanjuba e Bela Vista de Goiás entre 2000 e 2015, comparando os índices de desenvolvimento, tendo em vista as características dos municípios bem como se a realidade dos produtores de leite influenciou de alguma forma os rumos dos dois municípios, sendo que o diferencial entre eles é a existência de um laticínio em Bela Vista de Goiás e a Cooperativa de produção em Piracanjuba.

Crescimento e Desenvolvimento

Crescimento econômico e desenvolvimento econômico são tratados por muitos leigos e até políticos e jornalistas não especializados como sinônimos. No entanto, são conceitos distintos, crescimento econômico é quando há uma variação positiva no PIB, (Produto Interno Bruto), enquanto que desenvolvimento está ligado a melhora na qualidade de vida das pessoas. Furtado (1983) sustenta que desenvolvimento compreende, necessariamente, o crescimento, porém o extrapola, vai além, pois compreende a ocorrência de outros fatores não econômicos que devem ser conjugados ao crescimento.

Furtado (1983, p.78) assim caracteriza do desenvolvimento:

Com efeito: ele se refere ao crescimento de um conjunto de estrutura complexa. Essa complexidade estrutural não é uma questão de nível tecnológico. Na verdade, ela traduz a diversidade das formas sociais econômicas engendrada pela divisão do trabalho social. Porque deve satisfazer às múltiplas necessidades de uma coletividade é que o conjunto econômico nacional apresenta sua grande complexidade de estrutura. Esta sofre a ação permanente de uma multiplicidade de fatores sociais e institucionais que escapam à análise econômica corrente.

Para Furtado (1983), não se deve conceituar desenvolvimento sem considerar sua complexidade. De acordo com ele, tratar desenvolvimento de maneira simplista não é correto e, se assim o fosse, seria mais prudente lançar mão somente do conceito de crescimento, que segundo ele é o aumento da produção, ou seja, do fluxo de renda, ao nível de um subconjunto econômico especializado e deixar de lado a conceituação de desenvolvimento.

Vieira (2009, p. 18) traz um conceito de crescimento econômico considerando aumento de volume do PIB e da capacidade produtiva:

Crescimento econômico significa o aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica. O crescimento é calculado pela evolução de crescimento anual do Produto Nacional Bruto – PNB ou pelo Produto Interno Bruto – PIB. O crescimento de uma economia é indicado ainda pelo crescimento da sua força de trabalho, a receita nacional poupada e investida e o grau de aperfeiçoamento tecnológico.

Crescimento econômico pode ser entendido como o aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica. De acordo com esse raciocínio, o crescimento é calculado de conformidade com a evolução do crescimento anual do PIB ou Produto Nacional Bruto – PNB.

Já o desenvolvimento econômico se apresenta numa configuração mais ampla que enseja planos e ações capazes de garantir uma evolução contínua e de modo sustentável. Embora sejam erroneamente tratados como sinônimos, crescimento e desenvolvimento devem ser claramente distinguidos.

O termo desenvolvimento, mesmo que de modo subjetivo, remete a avanço, à expansão, ação, vivacidade, mudança e aceleração, no entanto, o que se vislumbra é uma trajetória crescente, de modo que uma posição futura apresente condições de grandeza superiores a uma condição anterior.

Sen e Kliksberg (2010) relatam situações que exemplificam o que deve ser equacionado para a consolidação do desenvolvimento de um determinado local. O planeta poderia produzir alimento suficiente para uma população bem maior que a atual, e, no entanto, 1 bilhão de pessoas passam fome no mundo. As reservas de água potável existentes poderiam permitir o fornecimento de água potável para toda a população e, no entanto, 1,2 bilhões de pessoas não têm acesso a água tratada.

Para Santos (2008) a globalização imprime falsas realidades. O desenvolvimento aparente dos países em desenvolvimento provoca situações de extrema desigualdade social, pois a situação dos países subdesenvolvidos não é nada comparável à dos países hoje ‘avançados’ antes de sua industrialização. “O período atual diferencia-se nitidamente dos precedentes por sua capacidade nova de revolucionarização” (SANTOS, 2008, p. 35).

Pode-se afirmar então que desenvolvimento econômico é o crescimento econômico acompanhado da melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura econômica e social que possibilitem a distribuição mais equânime das riquezas produzidas, como por exemplo, a diminuição das diferenças socioeconômicas de determinada população.

Já para Sen (1999, p.25):

Desenvolvimento econômico significa aquilo que os agentes econômicos usufruem a partir de suas posses, e não necessariamente ter mais posses. Uma região desenvolvida é aquela em que os indivíduos podem desfrutar das liberdades individuais, para atender a seus desejos, associada ao comprometimento social institucional.

Analisando as definições acima, verifica-se que o aumento do PIB e do PNB não podem servir de parâmetro indicativo de desenvolvimento, pois não consideram se toda a população está sendo beneficiada, se o bem estar e qualidade de vida da coletividade aumentou proporcionalmente ao PIB e ao PNB.

Os princípios do Cooperativismo

A Aliança Cooperativa Internacional conceitua cooperativa como “uma associação autônoma de pessoas que se unem de forma voluntária para satisfazer suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais em comum, mediante uma empresa de propriedade conjunta e de gestão democrática” (*apud* KRUEZER, 2003 p. 16).

Juridicamente, as sociedades cooperativas, são consideradas sociedades simples, independentemente de seu tamanho. Conforme ensina Coelho (2011, p. 137) "as cooperativas nunca serão empresárias, mas necessariamente sociedade simples, independentemente de qualquer característica que as cerque". Esta assertiva está contida no Art. 982, parágrafo único do Código Civil que é taxativo ao estabelecer que a sociedade cooperativa será sempre simples.

De acordo com a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) de 1995, que revisou os princípios cooperativos a fim de adequá-los à realidade do milênio seguinte, afirmando que os valores cooperativos são o espírito que anima os princípios, e é a esse espírito que as atividades das cooperativas devem se ajustar (COELHO, 2011).

Os princípios definidos pela ACI foram os seguintes:

- adesão voluntária e livre,
- gestão democrática pelos membros,
- participação econômica dos membros,
- autonomia e independência das cooperativas,
- educação, formação e informação,
- cooperação entre cooperativas e
- interesse pela comunidade.
-

Acredita-se que o atendimento aos princípios acima elencados poderá tornar as cooperativas em instrumentos capazes de levar o desenvolvimento regional às regiões que demonstrarem maior aptidão cooperativa.

Cooperativismo Goiano

Segundo Estevan (1998), o cooperativismo goiano tem suas origens ligadas ao processo de ocupação e expansão da fronteira agrícola na década de 1940. O seu nascimento tem forte dependência do governo federal e estadual e no estabelecimento de novas diretrizes de desenvolvimento que objetivavam ter nos estados periféricos uma fonte de produtos primários que alimentassem a indústria no sul e sudeste do País.

As primeiras cooperativas surgiram em Goiás a partir de 1949, porém todas tiveram vida curta. O governo desenvolveu um projeto com objetivo de trazer imigrantes para Goiás, para importar novas técnicas e claro, povoar seu território (ESTEVAN, 1998).

Segundo a Organização das Cooperativas do Brasil de Goiás (OCB/GO) (1999), as três primeiras cooperativas em território goiano foram constituídas por imigrantes poloneses e italianos em 1949. No município de Rio Verde foi instalada, não criada, a Cooperativas Italiana de Técnicos Agricultores, que foi fundada na Itália com 400 associados, porém somente 106 chegaram ao Brasil para iniciar o cumprimento do objetivo de assentar 3.000 famílias em uma área de 150.000 ha.

Em Itaberaí, imigrantes poloneses, fundaram a Cooperativa Agropecuária de Itaberaí, que assentou 51 refugiados de guerra, porém sua duração chegou ao fim em 1957. Outra cooperativa da mesma época foi a Cooperativa Agropecuária de Córrego Rico, também fundada por poloneses entre os municípios de Itaberaí e Inhumas, tendo durado também até 1957.

Na década de 1950 surgiram algumas cooperativas de crédito rural, e na década de 1960 surgiram as primeiras cooperativas de consumo e as agropecuárias. Contudo, somente na década de 1970 houve nova fase de estruturação do cooperativismo goiano, fortemente amarrado às políticas oficiais.

A partir de 1970 a realidade colocada pelo crédito rural e a agricultura mecanizada proporcionaram o nascimento de cooperativas com estruturas empresariais mais sólidas e preocupadas com a formação dos dirigentes e o corpo técnico para atender o cooperado. O pensamento empresarial-cooperativista nasceu nesse período. O ramo que melhor soube utilizar essa relação, graças à especificidade do seu produto, foi o agropecuário.

De acordo com a OCB/GO (1999), o cooperativismo goiano pode ser classificado em três fases: 1ª Fase - Período de 1949 a 1956; 2ª Fase - Período de 1957 a 1970; 3ª Fase - Década de 70 aos dias atuais;

Na Primeira Fase ocorreu o surgimento de cooperativas dentro da política do governo federal e estadual, fruto da marcha para o oeste e incentivo para recebimento de imigrantes "deslocados de guerra". Embora essas cooperativas não tenham atuado por muito tempo, houve uma expansão das atividades econômicas no território goiano.

Na segunda fase tem-se o surgimento de cooperativas ligadas ao crédito rural; o ressurgimento das cooperativas agropecuárias bem como das cooperativas de consumo. Nesse período surgiu grande quantidade de cooperativas por todo o estado.

Já a Terceira Fase do cooperativismo goiano pode ser caracterizada como a do cooperativismo empresarialmente desenvolvido. Ela começa com a expansão das cooperativas agropecuárias e o redimensionamento da economia em âmbito nacional, sendo que a proximidade dos grandes centros serviu de contribuição para esse avanço (OCB, 1999). Nessa última fase surgiram cooperativas de consumo, crédito e escolares, principalmente, que passaram por um processo de retração e várias delas deixaram de existir. Na década de 80 esses ramos cooperativos ressurgiram como resposta às dificuldades enfrentadas no período.

Segundo dados da OCB/GO (2017), Goiás possuía em naquele ano, 295 cooperativas, divididas em vários seguimentos.

Metodologia do Estudo

Tipo de Pesquisa

O presente estudo está fundamentado por uma pesquisa bibliográfica, documental, de nível exploratório. Sob o ponto de vista de Marconi e Lakatos (2012), a pesquisa é exploratória, pois proporciona maior entendimento acerca do problema levantado, no caso identificar a evolução econômica do município de Piracanjuba e de Bela Vista de Goiás e se essa evolução medida pelo incremento do PIB reverteu-se em desenvolvimento da comunidade com vistas a torná-la mais explícita.

Severino (2007) caracteriza a pesquisa bibliográfica como aquela “realizada a partir do conteúdo disponível, decorrente de pesquisas anteriores em documentos impressos como livros, artigos, textos, etc. Utiliza-se de dados ou de fundamentações teóricas já elaboradas por outros pesquisadores e devidamente registrados” (SEVERINO, 2007, p. 122). Enfim, é a pesquisa realizada por meio da leitura analítica, debates e reflexões de escritos sobre um determinado assunto. O caráter documental desta pesquisa está embasado nas informações obtidas do IMB, Objetivos do Desenvolvimento do Milênio-ODM e COAPIL.

Quanto à análise de dados, trata-se de uma pesquisa quantitativa, pois os dados e o material e análise necessários para a análise do desenvolvimento de Piracanjuba são numéricos. Dessa forma, pode-se acrescentar as contribuições de Deslandes (1999); Richardoson (1999); e Bauer, Gaskell e Allun (2008), que entendem que os dados partiram da análise de um contexto administrativo, assim as informações quantitativas servirão para sustentar as análises e testes necessários para o estudo realizado.

Em suma, interpretando Marconi e Lakatos (2012), a pesquisa está fundamentada por revisão bibliográfica e documental quanto à técnica de coleta de dados. Isso significa que se fundamenta em material já elaborado, disponível em livros físicos, e-books, e artigos científicos publicados em revistas e repositórios disponíveis na internet, devidamente consubstanciados em autores reconhecidos como pesquisadores do tema proposto. Quanto à abordagem do problema, a pesquisa enquadra-se como exploratória, de caráter quantitativo.

Local da Pesquisa

O estudo se limitará ao município de Piracanjuba e sua comparação com os índices econômicos sociais do município de Bela Vista de Goiás, que pelas condições ligadas à objetividade, disponibilidade e acesso aos dados, inclusive pelo fato de se poder comprovar e confirmar a veracidade das informações.

Procedimentos de Coleta e Análise dos Dados

Os instrumentos necessários para realização deste estudo foram livros, revistas, artigos, dados estatísticos, documentos e relatórios administrativos, materiais ora disponíveis fisicamente, ora virtuais, disponíveis em mídias físicas e na rede mundial de computadores internet.

Para obter os dados necessários para analisar e discutir o cooperativismo implementado pela COAPIL, bem como para debater sua vocação como entidade promotora do desenvolvimento, lançou-se mão da comparação dos índices econômicos e sociais de Piracanjuba com Bela Vista de Goiás, que é o foco central desta pesquisa.

Foram observados indicadores econômicos e sociais dos municípios de Piracanjuba e Bela Vista de Goiás, especificamente IDH, GINI, densidade demográfica, expectativa de vida ao nascer, crescimento populacional, evolução do emprego e média de renda, evolução do PIB, desempenho da produção leiteira e desempenho no atendimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, obtidos junto ao IMB - Instituto Mauro Borges, Portal ODM, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e IBGE.

Não obstante, o estudo dos dados documentais contribuiu para discutir e apresentar qual a participação das cooperativas para com a promoção do desenvolvimento regional. Richardson (1999) registra que a pesquisa com análise de conteúdo documental proporciona, pela comunicação oral e a comunicação escrita, as duas formas de observação, permitindo que fenômenos sociais sejam registrados, possibilitando a sua transmissão de uma pessoa a outra e de geração a geração sem perder a confiabilidade, mantendo assim as características e requisitos necessários ao desenvolvimento da ciência.

O tratamento dos dados, a produção dos índices e gráficos que fundamentaram os resultados e discussões presentes nesta pesquisa, isto é, os aspectos analisados, foram manipulados pela técnica da análise documental, com a produção, interpretação, comparação e análise de informações estatísticas e bibliográficas, de modo a gerar e elucidar os indicadores, conceitos e contextos pertinentes ao estudo.

Resultados e Discussão

Perfil dos Municípios de Piracanjuba e Bela Vista de Goiás

Piracanjuba, município localizado na microrregião do Meia Ponte, parte da mesorregião do sul goiano, distante 287 km da capital nacional, Brasília, e 87 quilômetros da capital estadual Goiânia, 75 quilômetros de Caldas Novas (GO) e 200 quilômetros de Uberlândia (MG), com população estimada em 24.026 habitantes, possuindo uma extensão de 2.405,10 Km² (Prefeitura Municipal de Piracanjuba, 2017), caracteriza-se como grande produtor de leite.

Já Bela Vista de Goiás, conforme consta nos arquivos do IBGE (2017), faz parte da região metropolitana de Goiânia, distante apenas 45 km desta cidade, tem população estimada de 28.514 habitantes, possuindo uma extensão territorial de 1.255,40 Km², (ODM, 2017).

Indicadores Demográficos dos Piracanjuba e Bela Vista de Goiás

Quando apresentado os indicadores demográficos do ano de 2010, verifica-se que Piracanjuba praticamente deixou de crescer, enquanto que Bela Vista de Goiás vem experimentando um crescimento virtuoso, o que é facilmente explicável pela óbvia procura de empregos que existe, onde o PIB apresenta crescimento na oferta de vagas de emprego.

A população de Piracanjuba praticamente permaneceu inalterada no período de 1980 até 2010. Nesse período foi observado a ampliação da população urbana, que era quase a metade em 1980, passando para 72,8% em 2010.

Esse processo de urbanização pode estar relacionado a modernização da agricultura e a expansão das atividades urbanas nesse período. A população total reduziu em 0,29%, enquanto a urbana aumentou em 39,00% e a rural reduziu em 43,54%.

Com relação ao município de Bela Vista de Goiás, verifica-se que em 2010, a população era semelhante a do município de Piracanjuba, inclusive a distribuição entre população rural e urbana. No entanto, em 1980 a população de Bela Vista era bem inferior a de Piracanjuba. No período de 1980 a 2010 a população total do município cresceu em 42%, sendo que o crescimento urbano aumentou em 198,75% e o rural reduziu-se em 41,32%.

Em ambos os municípios a população rural diminuiu, sendo que em Bela Vista de Goiás a diminuição foi um pouco menos acentuada, talvez em virtude dos empregos gerados pela indústria ali instalada, porém quanto à população urbana, Bela Vista apresentou índices de crescimento bastante superiores, partindo de 1980 até 2010.

O estado de Goiás no mesmo período apresentou um crescimento da população urbana de 157,15%. Dito isso, é possível afirmar que o município de Piracanjuba experimentou um crescimento da população urbana aquém do estado de Goiás e do município de Bela Vista de Goiás, conforme tabela 1.

Tabela 1: População Censitária de Piracanjuba e Bela Vista de Goiás, em habitantes

Municípios		1980	1991	2000	2010	Varição 1980/2010
Piracanjuba	Total	24.095	25.273	23.557	24.026	- 0,29%
	Urbana	12.627	15.785	16.177	17.551	+ 39,00%
	Rural	11.468	9.488	7.380	6.475	- 43,54%
Bela Vista de Goiás	Total	17.255	17.316	19.210	24.554	+42,30%
	Urbana	6.010	9.652	12.278	17.955	+198,75%
	Rural	11.245	7.664	6.932	6.599	-41,32%

Fonte: IMB – Instituto Mauro Borges, 2017

O aumento da população urbana pode ser decorrente da expansão das atividades urbanas, ocorrida nos dois municípios, em maior intensidade em Bela Vista de Goiás, em virtude da indústria de lácteos ali instalada.

Emprego e Renda nos Municípios de Piracanjuba e Bela Vista de Goiás.

Uma das principais atividades econômicas nos dois municípios estudados é a produção leiteira. Ressaltando que em 1998 foi inaugurado, em Bela Vista de Goiás, o Laticínio Bela Vista LTDA, detentor e produtor da linha de produtos "Piracanjuba".

Por outro lado, o município de Piracanjuba, não industrializou sua produção leiteira, o que poderia ser feito pela COAPIL, que capta cerca de 35% da produção leiteira do município, sem no entanto agregar nenhum valor sobre o leite, fazendo seu repasse para a CENTROLEITE que é a Cooperativa das Cooperativas Leiteiras responsável por negociar o leite com os laticínios.

Ou seja, em Bela Vista de Goiás há um maior beneficiamento de leite, gerando mais empregos e renda no setor, enquanto que em Piracanjuba, essa industrialização de leite é menor, artesanal e, em boa parte, para o próprio consumo.

Em Piracanjuba, a "priori", mesmo com essa estratégia de não focar na industrialização da produção leiteira, no mesmo ritmo que o município de Bela Vista de Goiás, registrou-se um aumento de 112,68% de empregos e um aumento do rendimento médio dos trabalhadores de 36,83% no período de 1999 a 2015 (IMB, 2017), já feita a deflação no período com base no IGP-M.

No que se refere a Bela Vista, a evolução dos empregos criados e o rendimento médio dos empregados, no mesmo período, foram surpreendentemente maiores do que Piracanjuba, havendo um aumento de 231,30% nos empregos, com aumento do rendimento mensal de 54,77% no período 1999 a 2015, já procedida a deflação dos valores. Os dados apresentados deixam claro que a instalação do laticínio em Bela Vista foi determinante na criação de empregos e podendo ser um dos fatores para o aumento da média de renda

Verifica-se que o rendimento médio da renda dos dois municípios aumentou de 2011 para 2015, sendo que em Piracanjuba o valor subiu para R\$ 1.631,48, um aumento de 8,69%, enquanto que Bela Vista de Goiás foi para R\$ 1.834,00, aumentando assim 21,60%, ou seja, Bela Vista apresentou um ganho de renda superior ao que experimentou Piracanjuba no mesmo período.

O aumento da oferta de empregos e uma vantagem na média de rendimentos dos empregados, quando se observa os valores de 2015, por si só não propicia uma concentração de renda.

Considerando PIB – Produto Interno Bruto como a soma em valores monetários da totalidade de bens e serviços produzidos numa determinada região, e PIB Per Capita, a divisão dessa totalidade pela população, convém proceder sua análise relativa aos municípios estudados considerando o lapso temporal do estudo, a partir do ano 2000.

Piracanjuba partiu do ano 2000 com um PIB de R\$ 308.481 milhões, saltando para R\$ 656.670 milhões em 2014, obtendo um crescimento de 112,87%. Já o PIB Per Capita que era de 13.055 em 2000, chegou a 26.513 em 2014, crescendo, portanto, 103,09%, conforme tabela 2.

Tabela 2: Piracanjuba e Bela Vista de Goiás PIB e PIB Per Capita anual deflacionado a preços de 2014

	(R\$ mil)	2000	2006	2012	2014	Varição 2000/2014
Piracanjuba	PIB	308.481	361.319	561.120	656.670	112,87%
	PIB Per Capita	13.055	14.822	23.392	26.513	103,09%
Bela Vista de Goiás	PIB (R\$ mil)	254.950	434.184	576.522	784.188	307,58%
	PIB Per Capita (R\$)	13.102	19.697	22.732	28.924	120,74%

Fonte: IMB - Instituto Mauro Borges, 2017 – dados deflacionados pelo IGP-M a preços de 2014

O PIB de Bela Vista de Goiás, no ano de 2000, logo após a instalação do laticínio, era de R\$ 254.950 milhões, 17,35% menor que o PIB de Piracanjuba. No ano de 2014 o PIB bela-vistense foi de R\$ 784.188 milhões, ou seja, superou o PIB piracanjubense em 19,42%. O PIB Per Capita por sua vez que era de R\$ 13.102,62 em 2000, atingiu R\$ 28.924,02 em 2014, apresentando uma evolução de 120,74%.

Os dados apresentados revelaram que a existência de uma grande indústria em Bela Vista de Goiás foi determinante para o aumento da capacidade produtiva, para o aumento da produção de bens e serviços e claro para o aumento tanto do PIB a preços correntes quanto ao PIB per capita.

A diferença de desempenho do PIB, no nosso entendimento, deve ser creditado à existência da grande indústria no município de Bela Vista de Goiás, pois o Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos do segmento industrial, que leva em consideração as saídas de mercadorias mais prestação de serviços de transporte (frete) e de comunicações deduzidas às entradas de mercadorias e insumos utilizados na indústria do município de Piracanjuba, é muito inferior ao índice do município de Bela Vista, conforme dados disponibilizados pelo IMB – Instituto Mauro Borges, contidos nas tabelas abaixo:

Índice de Gini e Concentração de Renda dos Municípios de Piracanjuba e Bela Vista de Goiás.

O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele apura a diferença entre os ganhos dos mais ricos e dos mais pobres. Numericamente, varia de zero a um. O valor zero representa o justo ideal, qual seja a situação de igualdade, ocasião em que todos teriam a mesma renda. O valor um está no extremo oposto, isto é, em tese, uma só pessoa deteria toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos (IPEA, 2016).

O índice de Gini em Piracanjuba, que no período de 19 anos, mais especificamente no período abordado neste estudo (a partir de 2000), apresentou uma diminuição na concentração de renda, representada pela diminuição de 26,15% entre 2000 e 2010. Já o município de Bela Vista de Goiás apresentou um resultado inverso, qual seja, o aumento da concentração de renda em 13,04% no mesmo período, sendo que o índice Gini que era 0,46 evoluiu negativamente para 0,52.

A concentração de renda apurada pode ser atribuída à atividade industrial implementada em Bela Vista de Goiás nos moldes capitalistas em que se busca o lucro sem possibilitar a apropriação dos fatores de produção que poderia ocorrer numa atividade cooperativa em que os cooperados partilham os frutos da atividade desenvolvida pela cooperativa.

Vieira e Santos (2012) consideram que a quantidade de recursos financeiros ou bens materiais que possibilitem o aumento da produção e da produtividade são importantes para o desenvolvimento, mas a distribuição equânime dos recursos permite a harmonização do desenvolvimento, contribuindo para a melhora da qualidade de vida.

Vaz (2005) define isso como produtividade social, importante quanto à quantidade e qualidade da produção de bens e serviços feita por uma determinada comunidade num certo período. Além disso, determina como esses bens e serviços produzidos contribuem para o bem-estar das pessoas e como são distribuídos entre elas. É isso que caracteriza o desenvolvimento. Conceitos como a melhoria no padrão de vida e alterações.

Com base nesses autores é possível afirmar que o município de Piracanjuba, quanto ao indicativo de distribuição de renda, apresenta maiores sinais de desenvolvimento que o município de Bela Vista de Goiás, já que sua concentração de renda é menos acentuada.

Comparação dos índices dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio dos Municípios de Piracanjuba e Bela Vista De Goiás

Em setembro de 2000 representantes de 191 nações, reunidas na sede das Nações Unidas, proferiram uma declaração visando reduzir a pobreza extrema. Esta declaração passou a ser chamada de Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM.

No Brasil o PNUD Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento está presente desde os anos 60 e seus projetos visam contribuir para o progresso e o cumprimento dos ODM. O foco do trabalho do PNUD Brasil está sendo ampliado para abarcar cada vez mais o desenvolvimento de capacidades, o robustecimento e a modernização institucionais de estados e municípios, com o aumento da participação do setor privado e da sociedade civil nos projetos.

Pois bem, considerando que o Município de Bela Vista de possui uma grande indústria de lácteos denominada “Piracanjuba”, tinha-se a expectativa que esta eficiência e está industrialização fosse revertida em desenvolvimento, porém a expectativa restou frustrada, porquanto o cumprimento das 11 metas não foi exitoso, já que o Município de Bela Vista cumpriu tão somente três objetivos.

O município de Piracanjuba apresentou resultados satisfatórios no cumprimento das metas 1 – reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população com renda abaixo da linha da pobreza; 2 – reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população que sofre de fome; 4 – eliminar a disparidade entre os sexos no ensino fundamental e médio até 2015; 6 - reduzir em três quartos, até 2015, a taxa de mortalidade materna; 8 - até 2015, ter detido e começado a reverter a propagação da malária e de outras doenças e 10 – reduzir à metade, até 2015, a proporção da população sem acesso a saneamento e serviços essenciais. O município de Piracanjuba não foi avaliado quanto ao 7 - até 2015, ter detido e começado a reverter a propagação do HIV/AIDS (PORTAL ODM, 2016).

Conforme portal ODM (2016) o município de Bela Vista de Goiás foi eficiente no cumprimento das metas 1 – reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população com renda abaixo da linha da pobreza; 6 – reduzir em três quartos, até 2015, a taxa de mortalidade materna e 8 – até 2015, ter detido e começado a reverter a propagação da malária e de outras doenças, não tendo sido avaliado quanto ao cumprimento das metas 7 – até 2015, ter detido e começado a reverter a propagação do HIV/AIDS e 11 – reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso a saneamento e serviços essenciais.

Chama atenção o fato de que o município de Bela Vista de Goiás, mais industrializado, conseguiu cumprir com maior eficiência a meta 1 de reduzir pela metade a proporção da população que se encontrava abaixo da linha de pobreza.

Já a meta 2, que previa a redução da população que sofria de fome, não foi atendida em contraposição o município de Piracanjuba que conseguiu cumprir essa meta, o que permite afirmar que a industrialização do município de Bela Vista não se traduziu em desenvolvimento, pois o crescimento estimulado por uma grande empresa não resultou na eliminação da pobreza, nem na melhora da qualidade de vida da comunidade.

A análise do desempenho dos municípios sob o ponto de vista do índice Gini justifica a ineficiência de Bela Vista em cumprir as metas 1 de maneira tímida e descumprir a segunda meta, de

acordo com aquele índice. Bela Vista experimentou uma maior concentração de renda em se comparando com Piracanjuba.

Comparação da Evolução do IDH-M de Piracanjuba e de Bela Vista de Goiás

Vê-se que, em se comparando a evolução do IDH-M de Piracanjuba e de Bela Vista de Goiás, Piracanjuba sempre apresentou índices mais satisfatórios, exceto quanto à renda no ano de 2010, quando Bela Vista de Goiás superou Piracanjuba em 0,001.

26

O PNUD - Programa das nações Unidas para o Desenvolvimento, que visa a erradicação da pobreza e a diminuição das desigualdades e exclusão social faz uso do IDH - índice de Desenvolvimento Humano que é uma medida que avalia o desenvolvimento a partir de três perspectivas, renda, educação e saúde.

Com relação ao município de Piracanjuba, com dados obtidos junto ao Atlas do Desenvolvimento Humano, o mesmo demonstra a evolução de cada item considerado na apuração do IDHM no período de 2000 a 2010. Quanto ao item educação, que considerou o percentual de pessoas de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo, Piracanjuba obteve um salto de 52,42% no período; já a quantidade de crianças com 5 a 6 anos frequentando escolas, houve um aumento de 51,19%; para a faixa etária de 11 a 13 anos que estavam completando ou já tinham completado o ensino fundamental, verificou-se um avanço de 44,28%. Os adolescentes de 15 a 17 com ensino fundamental completo aumentaram em 137,21%, sendo este o índice de educação melhor avaliado. Quanto aos jovens de 18 a 20 anos que concluíram o ensino médio, ocorreu um avanço de 51% no período avaliado.

A longevidade de Piracanjuba, outro índice observado para apurar o IDHM, subiu de 0,767 em 2000 para 0,870 em 2010, experimentando um acréscimo de 13,43% no período. A expectativa de vida ao nascer também aumentou, passando de 70,9 para 77,2 anos, um aumento de 8,76% em apenas dez anos de avaliação.

Financeiramente houve também uma melhora nos índices piracanjubenses, pois o IDHM Renda que era de 0,662 em 2000 subiu para 0,720 em 2010, aumentando assim, 8,76%; já a renda per capita aumentou 44,23% no período analisado.

Em relação a Bela Vista de Goiás, a quantidade de crianças com 5 a 6 anos de idade frequentando escolas apresentou um aumento de 8,69%, bem menor que o aumento de Piracanjuba para a mesma faixa etária que foi de 51,19%. No entanto, há de ressaltar que Bela Vista de Goiás em 2000 apresentava 83,91% contra 61,36% de Piracanjuba; já para a faixa etária de 11 a 13 anos que estavam completando ou já tinham completado o ensino fundamental, verificou-se um avanço de 42,69%.

Os adolescentes de 15 a 17 com ensino fundamental completo aumentaram em 173,04%. Quanto aos jovens de 18 a 20 anos que concluíram o ensino médio, ocorreu um avanço de 267,08%, no período avaliado. Sendo este o índice de educação de Bela Vista de Goiás melhor avaliado.

No que se refere a longevidade de Bela Vista de Goiás, outro índice observado para apurar o IDHM, subiu de 0,774 em 2000 para 0,837 em 2010, experimentando um acréscimo de 8,14% no período. A expectativa de vida ao nascer também aumentou, passando de 71,41 para 75,21 anos, um aumento de 5,32% inferior ao mesmo índice de Piracanjuba.

Economicamente houve também uma melhora nos índices bela-vistenses, pois o IDHM Renda que era de 0,623 em 2000 subiu para 0,721 em 2010, aumentando assim, 15,73%; já a renda per capita aumentou 83,21% no período analisado.

Não se pode tratar de desenvolvimento sem levar em consideração a situação de vulnerabilidade das pessoas. O Atlas do Desenvolvimento Humano disponibiliza a evolução desses dados por município e que levam em conta a situação das crianças e jovens, das famílias, trabalho e renda e condição de moradia.

Analisando os resultados de Piracanjuba entre 2000 e 2010, constata-se uma redução da mortalidade infantil que era de 24,70 em 2000 para 11,60 em 2010 para cada 1000 crianças nascidas vivas e que não deveriam sobreviver ao primeiro ano de vida. Tem-se uma redução de 53,03% no período de dez anos. Com relação ao percentual de crianças com idade entre 0 e 5 anos que não frequentavam a escola, apurou-se um resultado de 85,28% em 2000 e 65% em 2010. Esse resultado advém da razão entre as crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola e a totalidade de crianças existentes multiplicada por 100, ou seja, houve uma diminuição de 23,78% de crianças nessa faixa etária fora da escola.

Com relação às crianças com idade entre 6 e 14 anos que estavam fora da escola e considerando a razão dessa quantidade com a quantidade de crianças, nessa faixa etária, vezes 100, percebeu-se uma diminuição de 50,22% no número de crianças fora da escola no período.

Referindo-se as pessoas com idade entre 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis socialmente, lembrando que são consideradas vulneráveis socialmente as pessoas que moram em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e utilizando-se do mesmo critério matemático para encontrar os percentuais, qual seja, a razão entre o número das pessoas do grupo estudado com a totalidade da população com mesmo perfil, multiplicada por 100, apontou que entre 2000 e 2010 ocorreu uma diminuição considerável de 66,10% da população de 15 a 24 anos que não estudava, não trabalhava e se encontrava em situação de vulnerabilidade.

Quanto ao percentual de mulheres entre 10 e 17 anos que tiveram filhos, em Piracanjuba houve um crescimento de 43,80% entre 2000 e 2010. Outro dado negativo de Piracanjuba foi o aumento da taxa de atividade das pessoas com idade entre 10 e 14 anos, que deveriam estar na escola e não trabalhando. O levantamento considerou as pessoas efetivamente ocupadas bem como as desocupadas que haviam procurado emprego na semana da pesquisa. Este item negativo sofreu um acréscimo de 16,97% no intervalo estudado.

A vulnerabilidade da família leva em consideração as famílias pobres chefiadas por mulheres, as famílias que dependem da renda de idosos e o percentual de crianças extremamente pobres.

O percentual de mães chefes de família sem o ensino fundamental completo, com filho menor de 15 anos com relação ao total de mães chefes de família existentes apontou que em 2000 eram 6,53% e em 2010 7,19%, um aumento de 10,10%, sendo que em contrapartida, houve uma diminuição de 46,38% na vulnerabilidade baseada em domicílios dependentes da renda dos idosos, da mesma forma, aconteceu a redução do percentual de crianças vulneráveis à pobreza, que leva em consideração o universo das pessoas menores de 14 anos que sobrevivem em lares com renda per capita inferior a R\$ 70,00, onde essa diminuição foi de 36,44% entre 2000 e 2010.

Referindo-se novamente ao trabalho e a renda que o Atlas do Desenvolvimento Humano apura considerando o percentual de vulneráveis à pobreza, considerando a renda domiciliar igual ou inferior a meio salário mínimo e o percentual de pessoas com idade superior a 18 anos que se encontram na informalidade pode-se destacar: no que se refere ao item do percentual de pessoas vulneráveis à pobreza, Piracanjuba saiu de 45,35% em 2000 para 21,92% em 2010, lembrando que esses índices derivam da razão entre as pessoas encontradas na situação e a totalidade de pessoas de mesmo perfil, vezes 100. A melhora em percentuais nesse quesito foi de 51,66%.

Já o último quesito de trabalho e renda considerou a razão das pessoas com mais de 18 anos sem ensino fundamental completo e em ocupação informal com a totalidade dessa população, vezes 100, e obteve como resultado a constatação de que esse percentual diminuiu 18,79% entre 2000 e 2010.

Por fim, o estudo da vulnerabilidade considera o percentual de domicílios servidos de banheiros e água encanada que em 2000 era de 89,17% e em 2010 atingiu 97,86%.

Analisando os resultados de Bela Vista de Goiás no mesmo período constata-se uma redução da mortalidade infantil que era de 23,80 em 2000 para 12,90 em 2010 para cada 1000 crianças nascidas vivas e que não deveriam sobreviver ao primeiro ano de vida, uma redução de 45,79% no

período de dez anos. Com relação ao percentual de crianças com idade entre 0 e 5 anos que não frequentavam a escola, apurou-se um resultado de 78,08% em 2000 e 66% em 2010, esse resultado advém da razão entre as crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola e a totalidade de crianças existentes multiplicada por 100, ou seja, houve uma diminuição de 15,47% de crianças nessa faixa etária fora da escola.

Tabela 3: Vulnerabilidade Social - Município - Piracanjuba

Crianças e Jovens	2000	2010
Mortalidade infantil	24,70	11,60
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	85,28	65,00
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	4,46	2,22
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	15,40	5,22
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	3,47	4,99
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	13,96	16,33
Família		
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	6,53	7,19
% de vulneráveis e dependentes de idosos	3,60	1,93
% de crianças extremamente pobres	5,68	3,61
Trabalho e Renda		
% de vulneráveis à pobreza	45,35	21,92
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	59,27	48,13
Condição de Moradia		
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	89,17	97,86

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

Com relação às crianças com idade entre 6 e 14 anos que estavam fora da escola e considerando a razão dessa quantidade com a quantidade de crianças, nessa faixa etária, vezes 100, percebeu-se uma diminuição de 32,94% no número de crianças fora da escola no período.

Referindo-se as pessoas com idade entre 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis socialmente, lembrando que são consideradas vulneráveis socialmente as pessoas que moram em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e utilizando-se do mesmo critério matemático para encontrar os percentuais, qual seja, a razão entre o número das pessoas do grupo estudado com a totalidade da população com mesmo perfil, multiplicada por 100, apontou que entre 2000 e 2010 ocorreu uma diminuição considerável de 69,42% da população de 15 a 24 anos que não estudava, não trabalhava e se encontrava em situação de vulnerabilidade.

Quanto ao percentual de mulheres entre 10 e 17 anos que tiveram filhos, em Bela Vista de Goiás houve uma diminuição de 43,18% entre 2000 e 2010. Outro dado positivo de Bela Vista de Goiás foi a diminuição da taxa de atividade das pessoas com idade entre 10 e 14 anos, na qual o levantamento considerou as pessoas efetivamente ocupadas bem como as desocupadas que haviam procurado emprego na semana da pesquisa. Este item sofreu um decréscimo de 41,67% no intervalo estudado.

A vulnerabilidade da família leva em consideração as famílias pobres chefiadas por mulheres, as famílias que dependem da renda de idosos e o percentual de crianças extremamente pobres.

O percentual de mães chefes de família sem o ensino fundamental completo, com filho menor de 15 anos com relação ao total de mães chefes de família existentes apontou que em 2000 eram 9,50% e em 2010 10,79%, um aumento de 13,57%. Em contrapartida, houve uma diminuição de 48,30% na vulnerabilidade baseada em domicílios dependentes da renda dos idosos, da mesma forma, aconteceu a redução do percentual de crianças vulneráveis à pobreza, que leva em consideração o

universo das pessoas menores de 14 anos que sobrevivem em lares com renda per capita inferior a R\$ 70,00, na qual essa diminuição foi de 52,29% entre 2000 e 2010.

Tabela 4: Vulnerabilidade Social - Município - Bela Vista de Goiás

Crianças e Jovens	2000	2010
Mortalidade infantil	23,80	12,90
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	78,08	66,00
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	2,55	1,71
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	15,83	4,84
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	5,65	3,21
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	10,51	6,13
Família		
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	9,50	10,79
% de vulneráveis e dependentes de idosos	2,36	1,22
% de crianças extremamente pobres	6,75	3,22
Trabalho e Renda		
% de vulneráveis à pobreza	46,91	23,63
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	63,05	41,58
Condição de Moradia		
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	88,37	94,31

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

Referindo-se ao trabalho e a renda que o Atlas do Desenvolvimento Humano apura, é considerado o percentual de vulneráveis à pobreza, considerando a renda domiciliar igual ou inferior a meio salário mínimo e o percentual de pessoas com idade superior a 18 anos que se encontram na informalidade.

Quanto ao item referente ao percentual de pessoas vulneráveis à pobreza, Bela Vista de Goiás saiu de 46,91% em 2000 para 23,63% em 2010, lembrando que esses índices derivam da razão entre as pessoas encontradas na situação e a totalidade de pessoas de mesmo perfil, vezes 100. A melhora em percentuais nesse quesito foi de 49,62%.

Já o último quesito de trabalho e renda considerou a razão das pessoas com mais de 18 anos sem ensino fundamental completo e em ocupação informal com a totalidade dessa população, vezes 100, e obteve como resultado a constatação de que esse percentual diminuiu 34,05% entre 2000 e 2010.

Por fim, o estudo da vulnerabilidade considera o percentual de domicílios servidos de banheiros e água encanada, que em 2000 era de 88,37%, em 2010 atingiu 94,31%, conforme Tabela 4.

Os vários critérios de análise da evolução socioeconômica dos dois municípios estudados demonstraram que a industrialização e consequente agregação de valores ao produto na cadeia produtiva do leite experimentada pelo município de Bela Vista de Goiás, não materializou-se em desenvolvimento, mas tão somente em crescimento econômico, aumento de PIB.

A instalação de uma indústria que serve somente como destinatária final do produto (leite), sem que os produtores participem diretamente da transformação e comercialização dos produtos, hipótese possível através de uma cooperativa, provoca aumento do PIB, mas consequentemente concentra a riqueza gerada em apenas um elo da cadeia produtiva do leite, tornando-a economicamente insustentável. Para fugir dessa situação na qual o monopólio da compra do produto por quem controla o preço os produtores de leite deveriam se organizar em sociedade coletivas unindo forças para tornar mais equânime sua participação na cadeia produtiva do leite.

Conclusão

Os dois Municípios analisados pertencem a regiões de planejamento distintas, Piracanjuba pertence à Região Sul, enquanto que Bela Vista pertence ao entorno de Goiânia, porém os municípios são confrontantes e possuem características parecidas, ambos possuem vocação agrária, mas o município de Piracanjuba possui quase o dobro da extensão do município de Bela Vista de Goiás, o que para exploração de agricultura e pecuária pode se reverter em vantagem.

Não obstante a disparidade de extensão territorial, apurou-se que o PIB de Bela Vista de Goiás era 19,41% maior do que o PIB de Piracanjuba em 2014; esta diferença foi observada também no quesito PIB per capita onde o município de Bela Vista de Goiás (GO) apresentou um índice 8,33% maior que o município de Piracanjuba (GO) no ano de 2014.

O crescimento econômico “pode”, mas não necessariamente se traduz em desenvolvimento, Bessa (2006), ao definir desenvolvimento econômico, acrescentou que esse conceito deve ser estabelecido como um princípio internacional. O desenvolvimento econômico requer necessariamente que o aumento da riqueza ocorra acompanhado de melhoria da qualidade de vida e bem-estar, com ganhos na educação, saúde, cultura, garantia de emprego e renda, acesso ao lazer, preservação dos valores, manutenção e preservação da fauna e flora. Esses são exemplos de setores que devem registrar ganhos, assim como a economia e finanças.

A confrontação dos dados socioeconômicos dos municípios em questão deixou claro que o município de Bela Vista apresentou um crescimento de PIB e populacional, mas que esse crescimento não foi revertido em qualidade de vida para sua população, já que dos 11 objetivos do milênio apenas 3 foram cumpridos, ocorrendo assim redução da população que tinha renda abaixo da linha de pobreza; redução da mortalidade materna e redução da propagação da malária e outras doenças.

O município de Bela Vista de Goiás não foi capaz de reduzir pela metade a população que sofria de fome; garantir que todas as suas crianças concluíssem o ensino fundamental; eliminar a disparidade entre os sexos no ensino fundamental e médio; reduzir a mortalidade de crianças menores de 5 anos nem reduzir à metade a quantidade de sua população que não tinha acesso sustentável à água potável.

De outro lado, o município de Piracanjuba reduziu pela metade a proporção da população com renda abaixo da linha da pobreza; reduzir pela metade a proporção da população que sofria de fome; eliminou a disparidade entre os sexos no ensino fundamental e médio; reduzir a taxa de mortalidade materna; começou a deter a propagação da malária e de outras doenças e reduziu à metade a proporção da população sem acesso a água potável.

Dito isso, razão assiste à Vieira; Santos (2012) que para explicarem desenvolvimento recorrem ao termo produtividade social que se define não tão somente como a quantidade e a qualidade da produção de bens e serviço, de uma determinada localidade em certo período, mas também como esses bens e serviços produzidos contribuem para o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas e como eles são distribuídos ao longo do tempo.

Sob o prisma da menor concentração de renda como indicador de desenvolvimento, a observação da comparação do índice GINI dos dois municípios apontou uma maior concentração de renda do Município de Bela Vista de Goiás para o ano de 2010, 0,52 contra 0,48 do Município de Piracanjuba.

Em suma, o presente estudo possibilitou a conclusão de que o modelo de produção leiteira do Município de Piracanjuba, consistente na coleta do leite e seu repasse para processamento além das fronteiras do município, com a interveniência da COAPIL responsável pela captação de aproximadamente 35% da produção, e a instalação de um laticínio convencional no Município de Piracanjuba não seriam capazes de impulsionar o desenvolvimento, pois em se comparando os dados estatísticos relativos ao desenvolvimento dos Municípios de Piracanjuba e Bela Vista de Goiás, onde se localiza uma grande indústria capitalista convencional, foi observada a ausência de melhoria da

qualidade de vida da comunidade e uma maior concentração de renda que obstaculizam o desenvolvimento de uma localidade.

Segundo Antonialli (2000), o processo de industrialização convencional concentra as riquezas na indústria, cuja contrapartida social, na maioria das vezes, é a oferta de empregos cada vez em número menor, pois a informatização do processo produtivo demanda poucos empregos e de melhor qualificação, sendo este o fenômeno experimentado em Bela Vista de Goiás.

O tratamento do leite nesses moldes em que a COAPIL serve apenas de intermediária para repassá-lo para outras localidades, interrompendo abruptamente a cadeia produtiva sem agregar valor, sem partilhar entre os produtores o valor obtido na comercialização e na industrialização não foi determinante para o desenvolvimento de Piracanjuba, porém opção por receber e repassar o leite sem agregar-lhe valor confronta com a ideia de Franz; Andrioli, (2000) que uma cooperativa deve buscar a valorização dos produtos de seus cooperados, aumentando seus lucros e o nível de qualidade de vida deles. Se o gestor cooperativo esquecer desse princípio, haverá diminuição de fidelidade dos cooperados para com a cooperativa, facilitando assim a concorrência de empresas não cooperadas.

A COAPIL possui uma política de remuneração do leite dos cooperados que leva em conta sua qualidade e o grau de relacionamento do cooperado com a cooperativa, sem, no entanto, implementar uma política de pagar um preço maior do que a concorrência.

Para o cooperado, a COAPIL vende insumos e rações com preços levemente menores, bem como em alguns casos antecipa receita para que o produtor possa investir na atividade leiteira, porém cobrando juros legais. Outra contrapartida da COAPIL é o repasse de lucros aos cooperados ao final do exercício, o que segundo o próprio Presidente, Sr. José Lourenço de Castro Filho, são valores módicos.

Essa postura de mercado foi prejudicial quanto ao PIB que não acompanhou o desempenho de Bela Vista de Goiás que, por sua vez, em decorrência de possuir um laticínio convencional, experimentou o aumento da concentração de renda em seus domínios, o que em tese não ocorreria se o laticínio fosse uma sociedade cooperativa.

Neste estudo não foi considerada a variável "gestão pública" para se chegar à conclusão de que a industrialização não trouxe desenvolvimento sob a ótica principalmente do atendimento aos Objetivos do Milênio. Vê-se que o cumprimento dos Objetivos depende do impulso dos gestores de cada município, sendo que uma atenção mais ou menos eficaz de cada gestor poderia influir no resultado da conclusão.

O enfoque sobre a atuação dos gestores públicos no cumprimento dos Objetivos do Milênio e a melhoria da qualidade de vida e aumento do desenvolvimento poderá ser estudado em outra oportunidade.

Referências

ANTONIALLI, Luiz Marcelo. Influência da mudança de gestão nas estratégias de uma cooperativa agropecuária. **Revista de Administração Contemporânea** *On-line* ISSN 1982-7849, Rev. adm. contemp. vol. 4no.1 Curitiba Jan./Apr. 2000. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-6552000000100008>.

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. **Indicadores de desenvolvimento**, disponível em atlasbrasil.org.br/2013/.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: BAUER, Martin W. e GASKELL, George (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som.**; tradução de GUARESCHI, Pedrinho A. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BECHO, Renato Lopes. **Elemento de direito cooperativo**. São Paulo: Dialética, 2002.

BESSA, Fabiane Lopes Bueno Netto. **Responsabilidade social das empresas: práticas sociais e regulamentação jurídica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

BRASIL. Lei nº, 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2002/L10406.htm

BRASIL. Lei nº. 5.764, de 16 de dezembro de 1971. **Define a política nacional de cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências**. Disponível em < www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm> Acesso em: 15 out. 2015.

CALDEIRA, Álvaro da Cunha. **O cooperativismo como estratégia de negócios**. (Dissertação de Mestrado) Universidade Paulista, 2006.

CARDONG, Vanessa. **Cooperativas de trabalho**. São Paulo, 2007.

CENTROLEITE. **Breve histórico**, Disponível em: <http://www.centroleite.com.br>, Acesso em: 22 nov. 2017.

CHIOVETTI, Marcos Antônio. **Conteúdos de direito administrativo resumidos em forma de apostila**. São João da Boa Vista, 2004.

COAPIL, **Histórico da Coapil**, disponível em: <http://www.coapil.com.br/pagina.php?id=1>, Acesso em: 22 Nov. 2017.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de direito comercial**. 23ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 137.

CRETELLA JUNIOR, José. **Das licitações públicas**. Rio de Janeiro: Forense 1995.

DALLABRIDA, Valdir Roque, e BECKER, Dinizar F. 2003. **“Dinâmica territorial do desenvolvimento.”** Em Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares, organizado por Dinizar. F. Becker e Milton Luiz Wittman, 2ed., 175-212. Sta. Cruz do Sul: Edunisc.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 20.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

EMBRAPA. **Duração da Lactação**, Disponível em: <http://www.cnpqgl.embrapa.br/sistemaproducao/49242-dura%C3%A7%C3%A3o-da-lacta%C3%A7%C3%A3o>

ESTEVAN, L. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. Goiânia: Ed. do Autor, 1998. 276p.

FRANTZ, W. Educação e poder na racionalidade da cooperação. In: **Perspectiva Econômica**, vol. 38, nº 121, Série Cooperativismo nº 53, p. 15-40. São Leopoldo: UNISINOS, 2003.

FRANZ, Walter, e ANDRIOLI, Antônio Inácio. **Educação e cooperação**. Ijuí, Edit. Unijuí/Cadernos UNIJUÍ – Série educação 65, 2000,32 p.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo. Abril Cultural, 1983.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**, 4ª Edição. São Paulo, Atlas, 2008.

IBGE. **Cidades**. <https://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=521710>. Acesso em: 22 de Nov. de 2017.

IMB - Instituto Mauro Borges. **Estatísticas e estudos**. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br>. Acesso em: 17 de outubro de 2015.

IPEA – Instituto de Pesquisa Aplicada. **IPEADATA**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23. Acessado em 17 fev. 2016.

Lei n. 5.764 de 16 de dezembro de 1971, disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L5764.htm.

MARCONI, Maria de Andrade; e LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

33

_____. **Metodologia do trabalho científico**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

NAMORADO, Rui. **Cooperativismo – Histórias e horizontes**, disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/278.pdf>. Acesso em 10 fev. 2016.

OCB-GO, SESCOOP/GO, **Censo do cooperativismo goiano 2017**, disponível em: <http://www.goiascooperativo.coop.br/arquivos/downloads/censo-2017-010217.pdf>. Acesso em 15 de ago. 2017.

PERROUX, François. **O conceito de polo de desenvolvimento**. In: **Urbanização e Regionalização: relações com desenvolvimento econômico** (org, Faissol, Speridião). Rio de Janeiro: IBGE, 1975. p. 97-110.

PINHEIRO, Marcos Antônio Henriques. **Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil**. Banco do Brasil, 2008.

PINHO, Diva Benevides. A educação cooperativa nos anos 2000 valorizando a cidadania brasileira In: SCHNEIDER, José Odelso. **Educação cooperativa e suas práticas**. Brasília: UNISINOS, 2003.p.135-177.

PIRACANJUBA, **Quem somos**. <http://www.piracanjuba.com.br/a-piracanjuba/quem-somos>. Acesso em 22 <http://www.piracanjuba.com.br/a-piracanjuba/quem-somos> de Novembro de 2017.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Estatísticas**, disponível em: http://www.pnud.org.br/idh/IDHM.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDHM

Portal ODM, **Objetivos do desenvolvimento do milênio**. disponível em www.portalodm.com.br, acesso em 17 de Novembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE GOIÁS. **Nossa história**. Disponível em: <http://belavistadegoias.go.gov.br/>. Acesso em: 17 de outubro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA. **Nossa História**. Disponível em: <http://piracanjuba.go.gov.br/nossa-hist%C3%B3ria/hist%C3%B3ria-de-piracanjuba.html>. Acesso em: 17 de outubro de 2017.

PRESNO, Nora. **As cooperativas e os desafios da competitividade**. , 17 de outubro de 2001, trabalho. Disponível em internet em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezessete/nora17.htm>, Consultado em 2012.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Elinaldo Leal et al. **Desenvolvimento: um conceito multidimensional**, DRd – Desenvolvimento Regional em Debate. Ano 2, n. 1, p. 44 – 61, jul. 2012. Disponível em: . Acesso em: 19 ago. 2013. SANTOS, Milton. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

Secretaria de Estado e Planejamento do Estado de Goiás. **Regiões de Planejamento 2011**. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sep/sep/sep/sep/down/godados2011.pdf>. Acesso em: 17 de outubro de 2015.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Companhia das Letras: São Paulo, 1999.

SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. São Paulo Companhia das Letras, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo, Cortez Editora, 2007.

34

VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José dos. **Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica**. Disponível em: <http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/679/296>. Acesso em 10 fev. 2016.

VIEIRA. E. T. **Agropecuária familiar e cadeias produtivas sustentáveis**. In. Desenvolvimento Rural: Desafios do Planejamento Econômico e Ambiental. Cap. 2. São Carlos. Cubo. 2014, p. 31 – 44

VIEIRA. E. T. **Industrialização e políticas de desenvolvimento regional: O Vale do Paraíba Paulista na segunda metade do Sec. XX. 2009**. 177 f. Tese. (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2009.